

Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) em Defesa da Soberania Alimentar

Andressa Bertoncello, Unochapecó, andressa_bertoncello@hotmail.com
Patricia Merlin, Unochapecó, nutrimerlin@gmail.com
Suziane Boneti, Unochapecó, suziane@unochapeco.edu.br
Cristiane Tonezer, Unochapecó, tonezer@unochapeco.edu.br
Rosana Maria Badalotti, Unochapecó, rosana@unochapeco.edu.br

Resumo:

Este artigo é resultado de um estudo realizado para o componente curricular “Organizações, Redes e Capital Social”, do Mestrado em Políticas Sociais e Dinâmicas Regionais da Unochapecó, cujas temáticas abordadas possibilitaram o estudo das diferentes formas de organização da sociedade e suas relações com o Estado. Neste sentido, o recorte para este estudo visa identificar e descrever, por meio de revisão bibliográfica e documental, a organização política do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na defesa de um projeto de desenvolvimento baseado no princípio da Soberania Alimentar e em um projeto de Agricultura Agroecológica. Dentre as principais constatações, destaca-se o fato das mulheres perceberem a importância do MMC para impulsionar a participação nos espaços públicos e a valorização das suas atividades cotidianas. O cultivo do movimento, as variedades crioulas integrando a produção de alimentos mais saudáveis com a valorização do papel da mulher nos âmbitos familiar e social, bem como o projeto de agricultura agroecológica, simbolizam as lutas pela Soberania Alimentar.

Palavras-chave: Movimento social, mulheres camponesas, Soberania Alimentar.

Introdução

As primeiras organizações do Movimento das Mulheres Camponesas (MMC) ocorreram na década de 80, oriundas de grupos de orações e grupos de mães das Comunidades Eclesiais de Base da Igreja Católica. Estas organizações possibilitaram a socialização da realidade doméstica por meio de conversas entre as mulheres propiciando um *locus* para futuros questionamentos sobre as relações desiguais de gênero que contribuíram para o surgimento de organizações especificamente de mulheres do meio rural (PRADO; MAGALHÃES, 2006).

A articulação entre mulheres desencadeou a organização do movimento com suas reivindicações e bandeiras de luta. A transformação dessas mulheres passou a ser partilhada e

as experiências vividas permitiram que se percebesse a dimensão das suas capacidades como sujeitos históricos.

O MMC se identifica como um movimento social do campo que luta pela valorização e importância da participação das mulheres como protagonistas de espaços decisórios para a construção de um projeto popular de agricultura opondo-se aos padrões da cultura patriarcal.

Uma possível interpretação sobre a identidade das mulheres do movimento com a categoria camponês está no fato que de uma maneira, ou outra, a mulher, como camponesa, produz o próprio alimento para a subsistência da família possibilitando a permanência no campo (PAULILO; SILVA, 2007).

Conhecer a importância histórica do trabalho das mulheres no auto sustento do grupo familiar, no cuidado da biodiversidade e na construção do conceito de Soberania Alimentar tem sido uma das principais características apresentadas pelo movimento.

Compreender a partir desse argumento o papel principal que as mulheres desenvolveram e continuam desenvolvendo, resistindo e garantindo os quintais produtivos com um acervo vivo de biodiversidade, é um desafio permanente assumido pelas mulheres organizadas.

De acordo com a Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Região Sul do Brasil AMTR-Sul (2008, p.29), a agricultura camponesa e familiar “[...] possui uma ciência de combinar a produção vegetal e a criação do animal o ano todo”, significando que,

[...] O ambiente: terra, água, sementes, plantas, animais fazem parte das relações de convivência de trabalho, assim como o sol, a lua, a chuva, a geada, as estações do ano, os ciclos da natureza expressam esperança, morte e transformação e vida (AMTR-Sul, 2008, p.29).

As práticas com sementes crioulas para os movimentos sociais estão relacionadas à Soberania Alimentar, que implica na produção de alimentos saudáveis com proteção aos setores domésticos de produção e das culturas locais. Observa-se, neste caso, a importância do trabalho feminino na pequena propriedade rural no cultivo para o autoconsumo da família.

Neste sentido, o recorte para o estudo ora apresentado visa identificar e descrever, por meio de revisão bibliográfica e documental, a organização política do Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) na defesa de um projeto de desenvolvimento baseado no princípio da Soberania Alimentar e em um projeto de Agricultura Agroecológica

1. Trajetória dos Movimentos Sociais no Brasil: organização política e resistência

Para melhor compreensão de como se originou o MMC e sua contribuição para o tema em debate, torna-se necessário reconhecer a história e trajetória dos movimentos sociais no Brasil, utilizando como referência o período ditatorial (1964) até os dias atuais, verificando as modificações ocorridas nas relações entre os movimentos sociais e o Estado, bem como um novo formato de organização, intitulado, segundo Scherer-Warren (2002, p. 53) de articulação em redes inter-organizacionais.

Gohn (2006) aponta que os movimentos sociais podem ser entendidos como ações sociopolíticas promovidas por diferentes atores coletivos. São espaços não institucionalizados de formulação de identidades coletivas sustentadas por princípios valorativos, políticos e ideológicos, que são compartilhados pelos atores.

Para entender o que a autora propõe enquanto análise e teorização sobre os movimentos sociais vislumbram-se as décadas de 1960 e 1970 como um período marcado pelo autoritarismo e repressão da ditadura militar. Deste modo, apesar de toda a repressão e violência que, conforme Gohn (2006) e Scherer-Warren (2002) apontam em suas análises, insistiam estar presentes durante o período da ditadura militar e, talvez, até mesmo por este cerceamento da liberdade e dos direitos humanos é que, principalmente, nas décadas de 1970 e 1980 do século XX, diversos movimentos sociais eclodem reivindicando a garantia da dignidade humana, expressas na busca pela cidadania.

Scherer-Warren (2002) aponta que o movimento social mais significativo pós-golpe militar de 1964 foi o movimento de resistência à ditadura e ao autoritarismo estatal, que surgiu por meio de iniciativas compostas por vários segmentos, como a classe popular, os intelectuais e os artistas.

Em resposta ainda mais repressiva, segundo Scherer-Warren (2002), o governo militar criou o *Ato Institucional N. 5*, que vigorou de 1968 a 1979, proibindo as manifestações públicas. Com isso, duas formas de resistência foram criadas, sendo a luta armada (guerrilhas) e o trabalho clandestino de conscientização cívica pela democracia a partir de vários setores da sociedade civil.

O processo de redemocratização ocorrido no Brasil no fim dos anos 1970 e início dos 1980 foi promissor para os movimentos, pois é nessa época em que ocorre uma abertura política para recuperação das instituições democráticas abolidas no chamado Regime Militar, iniciado em 1964, e que impunha desde aquele ano um regime de exceção e de censura às instituições nacionais. A redemocratização significava na época, o processo de restauração da democracia e do Estado de direito e principalmente a eliminação do regime ditatorial. Neste período, o momento foi marcado por reivindicações, de envolvimento ativo nas discussões,

tanto em âmbito nacional como internacional, fazendo com que a participação dos movimentos se tornasse visível nesse processo. (SCHERER-WARREN, 2002)

Estes movimentos que priorizam a cidadania e articulam-se em redes vão constituindo o que os teóricos têm classificado sob o paradigma dos “Novos Movimentos Sociais” (GOHN, 2006). Nesta busca pelo “novo” destacamos que estes movimentos passam a valorizar aspectos que anteriormente estavam na dependência de setores como a Igreja ou o Estado que, embora “proclamassem” a necessidade de os sujeitos rebelar-se contra a dominação, exerciam a domesticação na medida em que se consideravam os representantes legais destes movimentos sociais.

Os Movimentos Feministas e Ecopacifistas, têm grande contribuição para o desenvolvimento deste jeito diferente de ser e fazer movimento social.

Scherer-Warren (2002) aponta que a noção de “movimento popular” foi amplamente utilizada nesse período para se referir ao conjunto de forças que se mobilizavam pela democratização do regime. Posteriormente o termo “movimento popular” continuou sendo utilizado por vários movimentos que se articularam em redes amplas para se opor às políticas que incidem em múltiplas formas de exclusão social.

Nas décadas de 1980 e 1990, com a transição política para a democratização do Estado, ocorre uma afirmação e regulamentação de direitos e desta forma, os movimentos começam a se mobilizar para a ampliação de direitos ou a criação de direitos de uma nova geração a serem incluídos na nova Constituição brasileira. (SCHERER-WARREN, 2002)

No que diz respeito ao campo, além do período ditatorial repressivo que contribuiu para a emergência dos movimentos, outros elementos da conjuntura política e social nas décadas de 1970 e 1980 impulsionaram o surgimento destes atores coletivos. As exigências tecnológicas na agricultura, visando à produção voltada para o mercado e não mais para a subsistência da família, fez com que os agricultores adotassem novas práticas produtivas, transformando seus modos de vida e produção. Os novos movimentos sociais do campo na região Oeste de Santa Catarina emergem neste contexto de mudanças na vida dos agricultores, atrelada à pauperização das famílias, ao êxodo rural e a precariedade nas condições de trabalho decorrentes deste modelo.

A preocupação dos movimentos sociais camponeses resultou no início da trajetória de diferentes sujeitos articulados, dentre os quais, destacamos no oeste catarinense: o Movimento de Oposição Sindical, o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), todos analisados pelo autor como “Novos Movimentos Sociais” (POLI, 2008). Os

movimentos sociais no campo sempre estiveram relacionados uns aos outros, na medida em que muitas das questões tratadas por eles são comuns, constituindo a perspectiva de redes.

Neste sentido, na década de 2000 se concretiza as redes de movimentos sociais que buscam nova presença na esfera pública, de engajamento com as questões nacionais e com maior autonomia em relação à esfera governamental. Para Scherer-Warren (2002) este era o momento de empoderar e capacitar à sociedade civil para participar na esfera pública estatal, negociando e colocando os interesses e reivindicações da sociedade civil.

Surge então, segundo Scherer-Warren (2002), o movimento cidadão crítico, com um projeto de poder para controle do Estado, enquanto uma esfera de *controle social pela cidadania* em relação às questões nacionais de interesse público. Este movimento cidadão crítico buscava *radicalizar a democracia*, não abrindo mão de negociar suas demandas nos espaços governamentais e estatais. Mas ao mesmo tempo, segundo Scherer-Warren (2002) visava capacitar essa participação e fortalecer os espaços próprios da sociedade civil organizada, desde os movimentos de base, através das articulações mediadoras (fóruns, associações de ONGs, redes de redes, etc.) até as mobilizações de massa e de parcerias para a implementação de políticas sociais e públicas.

Para Scherer-Warren (2002) essa nova forma de fazer política dos movimentos sociais em rede, aqui denominada de *movimento cidadão crítico*, tende a contribuir para um processo de maior autonomia das forças populares em relação ao Estado. Para a autora, a Via Campesina, que articula diferentes movimentos sociais do campo, dentre eles o MMC, se caracteriza como uma rede transnacional:

Na sociedade globalizada os movimentos sociais buscam se empoderar através de organizações em rede, articulando as iniciativas locais com apoios, formas de comunicação e manifestações mais amplos. Nesse mundo da informação em que vivemos, a visibilidade política passa a ser um vetor importante do empoderamento. Por isso, as formas mais expressivas e visíveis dos movimentos sociais se caracterizam por redes transnacionais, como a Marcha Mundial das Mulheres, a Via Campesina e outras que servem de apoio a iniciativas de lutas locais, como tem ocorrido no Brasil (SCHERER - WARREN, 2002, p. 61).

Para a autora, os movimentos perceberam que na esfera estatal os jogos de poder nem sempre são favoráveis à cidadania e desta forma, o movimento cidadão crítico vem revertendo sua concepção de luta e enfrentando vários desafios. Ressalta que no cenário brasileiro do novo milênio, observa-se a emergência de um movimento cidadão crítico, que atua em redes nacionais e globalizadas, e que se caracteriza por estar desenvolvendo um ideário político que visa à transposição de várias fronteiras restritivas dos movimentos sociais mais tradicionais de nossa história.

Por fim, há de ressaltar que a perspectiva histórica aqui apresentada abordando a trajetória dos movimentos sociais, da era ditatorial aos dias atuais, serve de base para compreendermos a dinâmica e principalmente como se deu o processo de atuação desses movimentos frente ao processo democrático. Na sequência iremos abordar especificamente o Movimento das Mulheres Camponesas (MMC), seu contexto e bandeiras de luta.

2. Movimento de mulheres camponesas: trajetória e bandeiras de luta

O MMC é uma organização de mulheres residentes/trabalhadoras do campo no Brasil, que emerge juntamente com outros movimentos sociais da década de 1980, como um movimento autônomo de base camponesa e feminista, que visa fortalecer um processo de emancipação e luta por direitos das mulheres.

Está engajado na proposta do feminismo que, “[...] além de ser uma atitude política que analisa as relações de gênero, étnico-raciais e de classe, realiza o enfrentamento ao patriarcado e busca a construção de uma sociedade igualitária com a socialização do poder, das riquezas e do saber”. (AMTR-SUL, 2008, p. 15).

Boni (2013) aponta que o MMC foi criado oficialmente em 2004, mas é protagonista de mais de três décadas de história de lutas e reivindicações, resultando em conquistas importantes no campo dos direitos das mulheres camponesas. Inicialmente denominado em Santa Catarina como MMA, surgiu na década de 1980 como um movimento autônomo e popular, juntamente com a efervescência das organizações e movimentos populares do campo e da cidade, que caracterizaram este período.

Segundo Baldissera (2008):

No dia 10 de maio de 1983, em Nova Itaberaba, na época distrito de Chapecó, algumas mulheres começam a organizar um grupo, fruto de um processo que nasceu no início daquela década, com o apoio de lideranças da Igreja Católica e Luterana, com a influência da teologia da libertação e organizado principalmente a partir das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), na Comissão Pastoral da Terra (CPT). A principal motivação foi a participação das mulheres na luta de oposição sindical. Ao mesmo tempo, elas traziam para as discussões questões referentes ao seu cotidiano de discriminação, exploração do trabalho na roça, endividamento, preços baixos dos produtos, êxodo rural, entre outros temas. Esses debates fundaram a base de uma organização específica e autônoma de mulheres camponesas. No dia 8 de março de 1984 ocorreu um encontro em que se consolidou a Organização de Mulheres Agricultoras (OMA). Em 1986, depois de um amplo debate, as mulheres entendem que é preciso ir além, e fundam então o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA/SC), um dos primeiros movimentos autônomos de mulheres do campo organizado no Brasil.

Na sequência, fotografias que retratam as ações realizadas pelo MMA/SC na década de 80, e que posteriormente passa a ser denominado de MMC/SC.

Fotos 01 – Movimento das Mulheres Agricultores (MMA/SC)



Uma das primeiras reuniões do Movimento de Mulheres Agricultoras de Santa Catarina



Mobilização em Xanxerê - SC, 1986



08/03/1989 – Nova Itaberaba.



As mulheres participaram de greves junto com outros movimentos

Fonte: PAIM; GASPARETTO. 2007.

Até a criação do MMC em 2004, os estados brasileiros mantinham organizações de mulheres camponesas de forma isolada, como o MMA em Santa Catarina, o Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais (MMTR) no Rio Grande do Sul e Paraná e das extrativistas no norte e nordeste do Brasil (BONI, 2013). Na década de 1990 houve uma articulação entre os diferentes movimentos e criou-se a Articulação Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (ANMTR), que resultou na criação do MMC, que passou a incorporar à Via Campesina. Esta mudança de nomenclatura deve-se à ressignificação de termos utilizados anteriormente pelo movimento como “agricultoras” e “trabalhadoras rurais”, que passaram a ser substituídos pelo conceito de camponesas que abarcaria todas as mulheres que vivem no campo.

É interessante destacar que Paulilo (2007), em entrevista realizada com uma integrante do MMC, resgata uma crítica antiga dirigida às mulheres do MMC por outras organizações sociais, relacionada ao fato de se reunirem entre si, sem a participação masculina. Essas organizações acreditavam que as mulheres deveriam se articular aos outros movimentos, pois a forma como estavam se organizando prejudicaria uma luta maior e “mais importante”, baseada nas questões de classe, relegando às questões de gênero a noção de complementaridade.

A entrevistada explica que muitas vezes o movimento foi questionado, inclusive por entidades internacionais do porque ter um movimento só de mulheres. Nas palavras da entrevistada, é possível compreender o posicionamento do MMC em relação a isso:

Nesses movimentos mistos, nos poderes de decisão estão geralmente os homens. São poucas mulheres que estão nos espaços onde se decidem as coisas. As mulheres são muito mais tarefas, mandadas pelos homens, do que ocupando espaços de decisão. E nós queremos um espaço onde nós decidimos por isso nós achamos importante um movimento só de mulheres. Num movimento misto, onde está o homem e a mulher, muitas vezes a mulher se cala e não fala o que talvez ela gostaria de falar. E num espaço só de mulheres nós achamos que é mais fácil as mulheres se abrirem (entrevista cedida à PAULILO, 2007, p. 411).

O fato de se constituírem como um movimento autônomo não significa que não ocorra integração e articulação com os demais movimentos. Boni (2013) afirma que ao mesmo tempo em que as mulheres garantiam a autonomia de seu movimento por meio de reuniões e assembleias, também se articulava com sindicatos de trabalhadores rurais, Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), MST, além de movimentos urbanos. Nestas reivindicações coletivas a ênfase recai sobre as políticas públicas para as (os) camponesas (es) e agricultoras(es) familiares.

A principal bandeira de luta do MMC refere-se à defesa da vida, considerando a busca pela justiça, liberdade e solidariedade. Entre as prioridades do movimento, destaca-se a construção de um Projeto de Agricultura Agroecológica em contraposição ao modelo de produção em larga escala. Este projeto consiste no enfrentamento e negação de uma sociedade ainda marcada pelo patriarcalismo e machismo, tanto no campo quanto na cidade. O movimento desenvolve também uma campanha pela produção de alimentos saudáveis, no intuito de fortalecer a produção e consumo de alimentos saudáveis e diversificados, defendendo a ideia de Soberania Alimentar (CRUZ, 2013).

2.1. Construção de um projeto de Soberania Alimentar para os(as) camponeses(as)

A partir da II Guerra Mundial, surge o conceito de *segurança alimentar*, quando mais da metade da Europa estava devastada e sem condições de produzir o seu próprio alimento (BELIK, 2003).

Esse conceito tem presente três critérios fundamentais: quantidade, qualidade e regularidade no acesso aos alimentos. Belik (2003) chama atenção ao fato de estar-se utilizando a ideia de acesso aos alimentos, o que é muito diferente de disponibilidade do mesmo.

Os alimentos podem estar disponíveis, o que de fato pode ser comprovado pelas estatísticas da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) nos últimos anos, entretanto, as populações pobres não têm acesso a eles, seja por problemas de renda, por conflitos internos, ação de monopólios e ou mesmo desvios.

Para a Via Campesina o conceito de Soberania Alimentar foi postulado inicialmente em contraposição ao conceito de segurança alimentar e pode ser enunciado como “[...] o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e o direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo (MEIRELES, 2008).

Para a Via Campesina este conceito é muito importante, pois foi a partir de sua divulgação pública, em 1996, durante o Encontro da Cúpula Mundial pela Alimentação (CMA) realizada em Roma pela FAO, (World Food Summit - WFS), que a rede conquistou o respeito e a atenção de outros atores sociais, incluindo ONGs e movimentos sociais urbanos. A rede de movimentos sociais, que forma a Via Campesina através de negociação e diálogo entre as diversas organizações que compõe a rede nos níveis locais, regional e global, levou seis anos para elaborar este conceito (DESMARAI, 2003).

Santos e Santos (2015) refletem que a Soberania Alimentar, na abordagem da Via Campesina, favorece a soberania econômica, política e cultural dos povos e sua defesa reconhece nos camponeses, indígenas e comunidades pesqueiras importantes atores sociais na definição de estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos baseados na pequena e média produção.

Convergente com esta perspectiva, Altieri (2015, p. 09) entende que

Os movimentos sociais rurais abraçam o conceito de Soberania Alimentar como uma alternativa ao método neoliberal que acredita num comércio internacional injusto para solucionar o problema da comida no mundo. A Soberania Alimentar se enfoca na autonomia local, nos mercados locais, nos ciclos locais de produção-consumo, na soberania energética e tecnológica e nas redes de agricultor a agricultor.

A rede da Via Campesina vem atuando, conjuntamente nos níveis local, regional, nacional e global, dedicando-se aos seguintes pontos principais: Soberania Alimentar reforma agrária, gênero, recursos genéticos, biodiversidade, direitos humanos, desenvolvimento rural, direito dos trabalhadores, agricultura sustentável, migração (DESMARAIS, 2003) e, mais recentemente, ao tema da energia (VIA CAMPESINA, 2009).

Para os movimentos sociais rurais, o rural é um ambiente de vida e de sociabilidade na qual pode ser compreendida a noção de Soberania Alimentar. Este conceito, muitas vezes é confundido com o de segurança alimentar, como se observa na afirmação de Frei Betto (2003, p. 62-63), “a SEGURANÇA alimentar é um conceito relacionado com a segurança nacional, uma vez que a soberania de uma nação corre o risco de fragilizar-se ao não garantir alimento em quantidade e qualidade suficientes à sua população.”

Entende-se que é imprescindível pensar o acesso e controle dos meios de produção para se garantir a soberania, a recuperação das sementes crioulas, com respeito a diversidade local, regional e de atores sociais neste contexto.

Observa Vankrunkelsven (2006) que, desde a Cúpula Mundial da Alimentação, havia uma constante discussão de centenas de instituições e organizações mundiais, buscando um significado de Soberania Alimentar. Esta discussão resultou provisoriamente na seguinte definição:

Soberania Alimentar é o direito dos indivíduos, das comunidades, dos povos e dos países de definir as políticas próprias da agricultura, do trabalho, da pesca, do alimento e da terra. São políticas públicas ecológicas, sociais, econômicas e culturais, adaptadas ao contexto único de cada país. Inclui o direito real ao alimento e à produção do alimento, o que significa que todo mundo tem o direito ao alimento seguro, nutritivo e adaptado à sua cultura e aos recursos para produção de comida; à possibilidade de sustentar-se e sustentar as suas sociedades (VANKRUNKELSVEN, 2006, p. 1).

Esse conceito enfatiza a acuidade da autonomia alimentar dos países e está associado à geração de emprego dentro do mesmo, assim como, à menor dependência das importações e flutuações de preços do mercado internacional (MALUF, 2000). A Soberania Alimentar atribui também uma grande importância à preservação da cultura e aos hábitos alimentares de um país.

2.2. A Soberania Alimentar como princípio orientador de ações do MMC

O MMC ao incorporar a concepção de agroecologia, na luta pela Soberania Alimentar, por sua vez, oportuniza às mulheres e suas famílias uma reelaboração no jeito de fazer

agricultura transformando seu modo de vida, não apenas limitado às questões ambientais, mas que possibilita pensarmos dinâmicas e processos regionais.

As mulheres organizadas no MMC, ao propor a Soberania Alimentar como princípio orientador de suas ações e práticas produtivas, assumiram a recuperação de sementes crioulas de hortaliças com o entendimento de que “[...] para construir o projeto de agricultura camponesa agroecológica cada uma deve se tornar cientista de sua própria profissão”(PACHECO, 2006).

Quando o MMC propôs a campanha de alimentação saudável, já chamava atenção para a dimensão coletiva à complementaridade entre os seres vivos.

Somos parte do ambiente e precisamos dar atenção a qualidade dos alimentos, da água, do sol, do ar, ao mesmo tempo, cuidar do ambiente de trabalho, descanso, higiene e repouso. A alimentação também influencia na defesa e resistência do organismo, no comportamento, disposição física e sexual, humor, memória, inteligência, mente, enfim no corpo todo e nas relações com as pessoas e o ambiente (AMTR-SUL, 2008, p.54).

Refletindo a partir de suas vivências, as mulheres camponesas aprofundam os debates, envolvendo a “inter-relação entre solo – produção – alimentação – saúde” (AMTR – Sul, 2008, p.53).

João Pedro Stedile e Horácio Martins de Carvalho (2012) afirmam que o conceito de Soberania Alimentar foi uma contribuição da Via Campesina em 1996 na Cúpula Mundial sobre Alimentação onde o debate oficial era o “[...] direito de toda a pessoa a ter acesso a alimentos saudáveis e nutritivos, em consonância com o direito a uma alimentação apropriada e com o direito fundamental de não passar fome” (p.13). Propõe então o conceito de Soberania Alimentar, partindo do princípio de que “o alimento não é uma mercadoria, é um direito humano.”

O MMC, em 2007, propõe e desafia a sociedade a assumir a luta pela alimentação saudável, lançando, no dia 8 de março a Campanha Nacional pela Alimentação Saudável, proposta que ganhou significado e adeptos, comprometendo e unificando as lutas da classe trabalhadora.

Acontece em Cochabamba em abril de 2010 a Conferência dos Povos sobre Mudanças Climáticas, onde foi reafirmado o conceito de Soberania Alimentar. (STEDILE e CARVALHO, 2012).

A Conferência Mundial de Soberania Alimentar realizada em Mali na África em 2007 uniu organizações camponesas do mundo. Foi quando na Declaração de Nyéléni, se afirmou que: “a soberania é o direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados,

acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar produtivo” (p.14).

As mulheres organizadas em diversos movimentos, populares, sindicais, feministas e outros, trabalham em quintais produtivos, praticando os princípios, valores e a ética da Soberania Alimentar.

Para o MMC quintais produtivos agroecológicos são espaços de terra que agrupam diferentes elementos, normalmente gerenciados pelas mulheres. Além da organização e separação do que é necessário para o autosustento, elas fazem, também a partilha dos alimentos colhidos com vizinhos e familiares, e o excedente encaminham para a comercialização ou troca de alimentos processados.

Este espaço ainda reúne grande diversidade, admirável para a educação dos filhos (as), de resistência e luta que começa em casa como uma forma de enfrentamento, muitas vezes silencioso, mas consciente de valor para a saúde, bem-estar e a dignidade humana e planetária. Pode ainda ser considerado como um lugar de enfrentamento aos venenos, aos transgênicos aos monocultivos, à uniformização da alimentação, ao domínio das integrações à agroindústria e todas as políticas desta terceira revolução industrial técnico-científica globalizada, caracterizando-se como uma importante contribuição das mulheres nessa grande luta de construção do projeto popular de agricultura camponesa agroecológica e feminista. Nesse sentido, a Soberania Alimentar proposta por estes movimentos apesar de bombardeada pelo domínio do mercado transnacional é uma prática essencial que começa em casa, nos quintais, produzindo a própria alimentação.

3. Considerações finais

Destaca-se que, mudanças importantes ocorridas na história de vida das mulheres camponesas são decorrentes das lutas e conquistas verificadas na trajetória do MMC. Assim, para reforçar a importância destas mulheres nas práticas do MMC encontram-se analogias da relação entre a mulher camponesa e a terra (solo) entendendo-se que ambas produzem alimentos e geram a vida.

Observa-se que a trajetória de vida das mulheres do movimento perpassa por transformações sociais que alteraram a forma como se comportavam na esfera familiar e comunitária.

Inquietações que permeiam a questão de gênero com o passar do tempo permitiram a construção de um ideário relacionado à valorização do papel da mulher camponesa com foco na produção, com viés agroecológico.

Ao relacionar os objetivos do movimento às práticas cotidianas das mulheres em seus espaços cotidianos e produtivos, observa-se que o cultivo de sementes crioulas transcende o simples manuseio.

As mulheres camponesas se reconhecem e exigem reconhecimento no espaço doméstico, ampliando os horizontes de suas lutas para os espaços públicos, processo que é influenciado pelas bandeiras de lutas, iniciativas e reivindicações do MMC, particularmente vinculadas à agroecologia, à Soberania Alimentar e ao projeto de desenvolvimento alternativo ao agronegócio.

Através da participação no movimento, as mulheres camponesas passaram a aplicar em suas práticas de cultivo nas hortas, conhecimentos que resultam na menor degradação do meio ambiente, trocam experiências em oficinas, aprendem formas ecologicamente mais adequadas para a preparação do solo, semeadura, fertilização e controle das ervas e animais pertencentes ao ambiente natural, práticas e tecnologias alternativas que causam menor impacto ao ecossistema local.

Por fim, a proposta de Soberania Alimentar presente nas reflexões e práticas das mulheres camponesas do MMC, coloca em evidência a importância da construção de modelos de agricultura alternativa, necessários para a superação de modelos convencionais. Tal proposta se apresenta como mais ecológica, biodiversa, local, sustentável e socialmente justa, na medida em que se apoia em uma racionalidade ecológica da agricultura tradicional em pequena escala, que representa exemplos de sistemas alimentares que alimentaram a maior parte da população do mundo durante séculos e seguem alimentando milhões de pessoas em muitas partes do planeta.

4. Referências Bibliográficas

AMTR-SUL – Articulação de Mulheres Trabalhadoras da Região Sul do Brasil. Cartilha: **Mulheres camponesas em defesa da saúde e da vida.** (Org.) DARON, Vanderleia L.P.; COLLET, Zenaide. Gráfica Passografic, Passo Fundo/RS, 2008.

BALDISSERA, Pedro. **Movimento de Mulheres Camponesas recebe "Comenda" do Parlamento de SC.** 2008. Disponível em:

<<http://www.padrepedro.com.br/imprensa/1299/movimento-de-mulheres-camponesas-recebe-comenda-do-parlamento-de-sc>>. Acessado em: 28/09/2015.

BELIK, W. Perspectivas para segurança alimentar e nutricional no Brasil. **Saúde e Sociedade**. São Paulo: USP, vol.12, n.1, p. 12-20, jan./jun. 2003.

BONI, Valdete. MMC um movimento camponês e feminista. In: **Grifos**. Vol. 22, Chapecó/SC: Argos, 2013, p.34-35. Disponível em: <http://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/1259>. Acessado em: 28/11/2015.

FREI BETTO. A fome como questão política. **Revista Estudos Avançados**. Vol. 17, n. 48 São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br>. Acessado em: 29/11/2015.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**. Vol. 16, n. 47, São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf>. Acessado em: 01/12/2015.

MULHERES CAMPONESAS. **Trabalho produtivo e engajamento político**. Niterói, RJ: Alternativa, 2013.

MAGALHÃES, M. S.; PRADO, M. A. M. **Movimentos autônomos e mistos: gênero e identidade coletiva em movimentos de mulheres trabalhadoras rurais**. In: VII Congresso Latino-americano de Sociologia Rural, 2006, Quito, Equador. Acesso em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp120503.pdf>. Acessado em: 01/12/2015.

MALUF, R. **O novo contexto internacional do abastecimento e da segurança alimentar**. Campinas, 2000. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/13/549.pdf>. Acessado em: 21/11/2015.

PACHECO, M. Emília. **Entrevista sobre agroecologia**. 2002. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br>>. Acessado em: 20/11/2015.

PAIM, Elison Antonio; GASPARETTO, Sirlei Antoninha Kroth. **Aspectos da construção histórica do Movimento de Mulheres Camponesas e do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra em Santa Catarina.** Cadernos do CEOM - Ano 20, n. 27 - Lutas pela terra, 2007.

PAULILO, Maria Ignes. A luta das mulheres agricultoras: entrevista com Adélia Schmitz. In: **Rev. Estudos Feministas**, Florianópolis, 2007, p. 240.

SCHERER-WARREN, Ilse. Movimentos sociais e Estado no Brasil: da ditadura a democratização In: SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes emancipatórias:** nas lutas contra a exclusão e por direitos humanos. 1. Ed, Curitiba: Appris, 2012, p. 53-63.

SCHERER-WARREN, Ilse. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. Brasília: **Sociedade e Estado**, Vol. 21, 2006, p. 109-130.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras e a construção dos movimentos agroecológicos no Brasil. In: NEVES, Delam P.; MEDEIROS, Leonilde S. (orgs). **Mulheres camponesas:** trabalho produtivo e engajamento político. Niterói, RJ: Alternativa, 2013.

SILVEIRA, Ricardo. Movimento operário e os "novos" movimentos sociais. In: TOMAZI, N.D. (coord.) **Iniciação à Sociologia.** São Paulo: Atual, 1993. p. 222-250.

STEDILE, João Pedro; CARVALHO, Horácio Matins de. **Soberania Alimentar: uma necessidade dos povos.** Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2011/03/25/soberania-alimentar-uma-necessidade-dos-povos-artigo-de-joao-pedro-stedile-e-horacio-martins-de-carvalho/>. Publicado em 25 de março de 2011. Acessado em: 28/11/2015.